

A FESTA DE PRETO-VELHO NO PARQUE DA LAJINHA¹

Vitor Fabiano Silva²

Leonardo de Oliveira Carneiro³

Universidade Federal de Juiz de Fora

A FESTA DE PRETO-VELHO NO PARQUE DA LAJINHA

Resumo

O artigo objetiva resgatar, documentar e retratar a Festa de Preto-Velho que foi realizada durante 23 anos no Parque Municipal da Lajinha, em Juiz de Fora/MG. Nossas reflexões sobre essa festa se deram a partir de entrevista realizada com o Organizador Wilson Novaes, análises de fotografias, cartazes e notícias de jornal, assim como utilizamos a nossa própria experiência participativa na festividade. Buscamos investigar as tensões presentes em um espaço público de lazer por uma expressão festiva afro-brasileira, a partir de estudo de caso e embasamentos teóricos que levem a refletir a importância de se preservar a memória de grupos sociais desfavorecidos e marginalizados.

Palavras-chave: Umbanda. Festa. Território.

Abstract

The article aims to get back, document and portray the Celebration of “Preto-Velho” which took place for 23 years in the Lajinha Municipal Park in Juiz de Fora / MG. Our reflections on this festival are given from an interview with the organizer Wilson Novaes, analysis of photographs, posters and news paper articles, as well as our own participation in this celebration. We seek to investigate the present tension experienced by an African-Brazilian festive expression. In a public leisure place, from case study and theoretical base lead to reflect about the importance of preserving the memory of disadvantaged and marginalized social groups.

Keywords: Umbanda. Celebration. Territory.

¹ Texto escrito em agosto de 2014

² Graduado em Geografia pela UFJF e Aluno do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Religiões e Religiosidades Afro-Brasileiras, NEAB/UFJF.

Contato: vitorfsilva@bol.com.br

³ Professor Doutor, Orientador, NEAB/UFJF.

Contato: leo_car@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como motivador o estudo das Religiões e Religiosidades Afro-Brasileiras, desenvolvido no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF). Este núcleo de ensino e pesquisa consiste no desenvolvimento de um estudo amplo das religiões e religiosidades brasileiras de matrizes africanas, as quais fazem parte de um campo religioso dinâmico e rico em sua diversidade.

Devido à sua grande variedade de conteúdos envolvendo as religiões e religiosidades afro-brasileiras, tem de se restringir a análise do campo religioso devido à sua complexidade de objetos de estudo e pesquisa, sendo assim, o foco deste trabalho direciona-se para a Umbanda, em específico a uma Festa, em homenagem aos Pretos-Velhos, realizada em um Parque Municipal, o Parque da Lajinha, festividade que era realizada sempre próxima à data de 13 de maio, durou de 1984 a 2007.

A Umbanda, agora já com status de religião e de uma “religião tipicamente brasileira”, é observada em trabalhos realizados por estudiosos como Candido Procópio Ferreira de Camargo (1961), Diana Brown (1985), Patrícia Birman (1985), Renato Ortiz (1978), Roberto da Matta (1979), Vagner Gonçalves da Silva (2005) dentre outros, que ressaltam a importância de como que em um país poderia se encontrar raças e etnias distintas, negra, índia e branca, que em convívio foram resultando na sociedade brasileira e dessa miscigenação aflorar uma religião que pôde reunir esses variados elementos harmonicamente.

Uma religião que a cada dia se renova, se adapta, aceita novas diretrizes, novos fundamentos, aberta ao diálogo com o mundo terreno e com o mundo espiritual, transformando-se com o tempo e em cada terreiro, centro ou tenda, pois essa diversidade possibilitou que cada terreiro seja único em seu estilo, um pequeno cosmos religioso com sua própria norma, conduta, ritualística, fundamentos e práticas religiosas. Importante, também, no sentido de valorizar uma religião que vem sendo perseguida por preconceitos religiosos que se utilizam de violência excessiva na tentativa de reprimir sua propagação, vendo-a como subalterna e demoníaca.

Infelizmente muitos dos conhecimentos históricos e religiosos foram perdidos, pois essas religiões fundamentavam-se na oralidade; os conhecimentos eram passados de geração em geração de forma oral, não sendo feitos registros manuscritos de seus preceitos, fundamentos e práticas religiosas. Porém, graças à dinâmica cultural, hoje vemos trabalhos de resgate de culturas passadas sendo valorizadas e difundidas, um ganho para o cenário cultural brasileiro.

Este artigo busca, num primeiro momento, refletir sobre a importância do espaço geográfico e da festa no universo sagrado da Umbanda. Posteriormente, passaremos a analisar um estudo de caso: a Festa de Preto-Velho no Parque da Lajinha, a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, entrevistas com o organizador da festa - Wilson Novaes, além de termos lançado mão da memória do pesquisador enquanto partícipe da Festa.

2. Territorialização do sagrado

O tema desenvolvido neste artigo tem como ponto de partida o Parque da Lajinha, em Juiz de Fora/MG, local de celebração, durante anos, da Festa de Preto-Velho, festa religiosa

tipicamente afro-brasileira, que assume valor na manifestação da fé popular territorializando o sagrado no espaço geográfico. O parque além de ser, para muitos, profano, para o adepto das religiões afro-brasileiras, passa a ser sagrado, onde há presença de hierofania⁴ em elementos da natureza contidos neste local.

Enquanto espaço público de lazer de livre acesso, o parque, torna-se importante local de divulgação e prática religiosa, pois era neste espaço que vários rituais afro-brasileiros eram colocados em prática pelos adeptos umbandistas. Era um *palcosui generis* na cidade, principalmente no período de celebração da festa, pois observava-se, como descreve Patrícia Birman (2003, p. 13) “que o ‘religioso’ e a ‘sociedade’ se constroem mutuamente e que o espaço público constitui um campo privilegiado para observar as suas interações”, e a partir dessas interações que estes grupos sociais imprimem na paisagem a sua marca cultural, marcando uma identidade de um grupo social em um espaço geográfico.

O Parque da Lajinha foi e é também parte de um Foco de Tensão, um espaço construído nas Relações de Poder, onde vários agentes disputaram e disputam por este território, sendo este “território um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”(SOUZA, 2010, p.78), assumindo importância devido às ligações afetivas e identitárias deste grupo social religioso e seu espaço. Esses agentes são variados e durante a pesquisa identificou-se como sendo os grupos ambientalistas, o poder público e privado, os agentes imobiliários, os grupos religiosos afrodescendentes, os neopentecostais e os populares frequentadores do Parque não adeptos à religião em questão.

Para o estudo do Território, proporcionado pela Geografia, enquanto ciência pode ser descrito de diversas formas, resumindo, seria o estudo dos aspectos físicos e humanos da Terra e as inter-relações espaciais destes agentes. O ramo da Geografia Humana trata desta interação do ser humano com o ambiente, estudando os feitos terrestres resultantes da atividade humana. Aborda o espaço (re)construído, (re)trabalhado, (re)organizado através de transformações executadas pelo homem, além do espaço ocupado e organizado pelas sociedades humanas e suas culturas, pois essas deixam marcas nas paisagens. O geógrafo é levado a refletir em como que o espaço geográfico modifica-se nesta relação. Seguindo por este viés, encontramos a Geografia Cultural que pode ser descrita como um subcampo, uma subdivisão, da Geografia Humana que encontra em nosso país um campo fértil e em desenvolvimento para estudos deste saber, pois de acordo com Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa (2003, p.09,10) a “heterogeneidade cultural brasileira, fruto de longos, complexos e espacialmente diferenciados processos envolvendo sociedade e natureza”, torna o Brasil um objeto de estudo de grande valia para o geógrafo cultural.

Pode-se perceber que a Geografia Cultural busca entender como que o homem, enquanto produtor, agente de modificações espaciais, interage com o espaço físico, um espaço visível, imprime nele seus valores e com isso esse mesmo espaço passa a ter um valor simbólico, já num nível do campo invisível e sentimental de importante valor. Ressalta-se aqui trabalhos como de Yi-Fu Tuan e Joel Bonnemaïson, este traz para o campo de estudo geográfico os *geossímbolos*, que são “um lugar, um itinerário que, por razões religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”. (BONNEMAISON, 2002, p.109)

⁴ Mircea Eliade descreve que o termo *Hierofania* não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que *algo de sagrado se nos revela*. (ELIADE, 2001, p. 17)

Prosseguindo por este pensamento, de uma Geografia Cultural, no estudo do Campo Religioso no espaço geográfico, percebe-se que o território de análise deste estudo é criado e recriado constantemente, a partir de relações afetivas com o espaço. A Festa proporciona essa análise no momento em que “a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, ‘paisagem’)”(SOUZA, 2010, p.84).

Para o religioso umbandista, o território do Parque assume caráter sagrado por nele estarem presentes elementos da natureza que são simbólicos para as práticas religiosas; no contato com este ambiente, presencia-se um encontro com o sagrado e conseqüentemente com a religião, sendo que para Mircea Eliade (2001) a religião está ligada à manifestação do divino/sagrado em meio ao profano, o elemento central da religião é a hierofania (manifestação do sagrado no âmbito do profano), e a história das religiões é a história das hierofanias⁵.

Os lugares, os espaços, as regiões, a natureza, são valorizados, porque o ato *hierofânico* torna-os qualitativamente poderosos, tendo um significado para o homem religioso, transformando-os em centros de um mundo sagrado, separados do espaço comum, do espaço profano. O lugar sagrado ou espaço sagrado é ritualmente tornado extraordinário, que pode ser demarcado e diferenciado dos espaços de seu entorno.

Zeny Rosendahl (2002, p.81), em seus estudos sobre a Geografia Cultural, segue pela linha de pensamento traçada por Mircea Eliade, e descreve o espaço sagrado,

como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. Produção cultural, o espaço sagrado é o resultado de uma manifestação do sagrado, revelada por uma hierofania espacialmente definida.

A experiência religiosa produz na paisagem formas e funções que devem ser compreendidas como marcas da experiência religiosa reproduzida no lugar, como o papel do sagrado na organização do espaço, como a vivência do sentimento religioso e na relação cosmogônica da paisagem religiosa.

O espaço sagrado é dotado de um valor qualitativamente diferente do seu entorno, forte, significativo, proporciona um sentido à existência do homem religioso na Terra, local onde o ser transcende à matéria. O espaço profano é neutro diante da complexidade da vida e da existência do homem religioso, segundo ROSENDAHL (2002, p.81), o espaço profano

constitui-se naquele espaço ao ‘redor’ do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculados ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe à organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado.

⁵ O homem reconhece algo de sagrado porque este se manifesta, se mostra como qualquer coisa de absolutamente diferente do profano. O sagrado aflora como manifestações, como revelações hierofânicas, como por exemplo a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra, uma árvore, esculturas, rios, elementos da natureza, até a hierofania suprema com o nascimento de Jesus Cristo e com as vidas de profetas e homens santos.

E dão exemplo de que nas cidades santuário – *hierópolis* – o comércio e o lazer são reservados para os espaços profanos, mas localizados próximos aos espaços sagrados. É nesta proximidade que este comércio se mantém ativo economicamente, principalmente pelos peregrinos.

Eliade (2001) destaca que a hierofania, como chama a revelação do sagrado em objetos, pessoas, locais, evidencia valores e define pontos de referência de uma realidade absoluta, fundando um novo mundo e, ao estudarmos a relação entre religião e espaço, devemos considerá-la mutável, uma vez que são distintos os significados conferidos a estes agentes (aos lugares) ao longo do tempo.

O mundo, para o *homo religiosus*, não é concebido uniformemente, mas sujeito a descontinuidades e rupturas que tornam variáveis os ritmos do tempo e diferenciados os espaços, nos quais se sucedem o sagrado e o profano, mediante a revelação, ou não, da presença divina. A manifestação do sagrado no espaço “implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente” (ELIADE, 2001, p.30). O Mundo deixa de ser profano com a consagração deste ao nível do Sagrado, a partir de uma cosmogonia⁶.

Para o homem religioso, o espaço que se projeta além desses limites sacralizados, desse espaço sagrado, tem as qualidades do profano, é o caos no mundo habitado. “Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras [...] Em contrapartida, para a experiência profana, o espaço é homogêneo e neutro: nenhuma rotura diferencia qualitativamente” (ELIADE, 2001, p.25, 26).

Para Eliade (2001), a experiência religiosa se espacializa à medida que se elaboram técnicas de orientação, de construção, de reprodução, de ritualização, de seleções, de re/ordenamentos e de re/interpretações do/e no espaço. Essa espacialização do sagrado, elaborado pelo *homo religiosus* traz consigo referenciais simbólicos que possuem valor, a partir da manifestação de um mundo sagrado dentro do mundo profano, uma coexistência desses elementos no espaço geográfico localizável e aferível dentro de um espaço/tempo. Neste momento, ao pensarmos e projetarmos para o Parque da Lajinha esta territorialização do sagrado, no momento da Festa, percebe-se que, no plano simbólico religioso, segundo Rosendahl (2002) estas áreas constituem um dos maiores referenciais da manifestação do sagrado no espaço geográfico, essa proximidade com o espaço sagrado é fundamental para o umbandista, proporcionando-lhe um contato direto com as divindades por ele cultuadas.

Parafrazeando Eliade (p.108,109), podemos dizer que a natureza e seus elementos, para as religiões afro-brasileiras, mantêm-se presente na vida religiosa por intermédio do simbolismo. E esse simbolismo infunde e sustenta, por sua vez numerosos ritos, mitos e lendas.

As sociedades pré-modernas não sentiam a necessidade de explicar a natureza, de explicar o Mundo racionalmente, pelo pensamento científico. Bastava-lhes ver a natureza

⁶ Criação ou origem do universo, especialmente como objeto de estudo ou de especulação; cosmogênese, cosmogonia.
2 Cada uma das diferentes teorias filosófico-religiosas, criadas pelo homem, através dos tempos, que pretendem explicar a origem do universo. 3 Astr Estudo da origem e desenvolvimento do universo e dos seus componentes. (Dicionário Michaelis)

dominada por um grande mistério em todas as suas manifestações (panteísmo)⁷ ou povoada por deuses (politeísmo)⁸ ou habitada por espíritos (animismo)⁹. Conhecer a natureza não era compreendê-la cientificamente, era aceitá-la como uma revelação e produção dos deuses, fazendo parte integrante desse cosmo, assim sagrada em seu conteúdo. Essa ligação afetiva com a natureza podemos perceber em grupos religiosos de matriz africana, que tem a tendência para viver o mais próximo do sagrado, ou em constante contato com o sagrado, porque para os “primitivos” como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder.

O *homo religiosus* esforça-se em manter ligação com o universo sacralizado, afastar-se deste universo seria uma des-sacralização que o tornaria um homem privado de sentimento religioso, um mundo profano. Essa des-sacralização caracteriza a experiência total do homem não-religioso das sociedades modernas, e que, por consequência, este último sente uma dificuldade cada vez maior em reencontrar as dimensões existenciais do homem religioso das sociedades pré-modernas.

Seguindo esse pensamento de Sacralização do Território perceber-se que a natureza pode ser apreendida e estudada não somente através de conceitos próprios das ciências, cada uma com suas especificidades, mas, também, a partir das imagens e símbolos que as diversas sociedades, grupos sociais e culturas produzem sobre o mundo natural. É a partir dessas representações mentais diferenciadas que as sociedades e grupos sociais agem sobre a natureza, seja transformando-a em mercadorias, seja mantendo com ela sentimentos de respeito e proteção, seja imprimindo no espaço seus sentimentos de pertença. O indivíduo, pertencente a esses grupos sociais, também é apreendido como um ser religioso e seu mundo particular é um mundo sacralizado, seu corpo é um templo e sua vivência no mundo é um fruto de sua vivência particular, ele reproduzirá no espaço o seu mundo interior e sua aproximação com o divino se traduzirá no espaço vivido.

3. Parque natural municipal da Lajinha

O Parque Municipal da Lajinha, que ocupa uma área atual de aproximadamente 140 mil m², foi criado por Decreto Municipal em 1982 e é um dos principais pontos turísticos de Juiz de Fora. Situado na Avenida Paulo Japiassu Coelho, no trevo de cruzamento para o Aeroporto e a BR 040, no Bairro Teixeiras, o parque possui duas cachoeiras, um lago, quiosques, campo de futebol, churrasqueiras, chafariz e um coreto. Na sua mata, destacam-se árvores como araucárias, bambus, garapas, angicos e eucaliptos. Juntamente com as matas do Campus Universitário, da Reserva de Santa Cândida e do Morro do Imperador, é considerado um corredor verde de importância pois sua área fazia parte da Mata Atlântica.

Mas sua história conta muito mais do que um simples Decreto Municipal de criação, o que mostra em um estudo realizado por Abreu (2010). Segundo este autor, na área do atual Parque Municipal da Lajinha havia uma antiga Favela, chamada Vila da Prata, na década de 1970, dentro da área da antiga Fazenda da Lajinha, entre os bairros Teixeiras e o Aeroporto.

⁷ Crença de que Deus e todo o universo são uma única e mesma coisa e que Deus não existe como um espírito separado. O panteísmo ensina que Deus é todo o universo, a mente humana, as estações e todas as coisas e idéias que existem.

⁸ Aquele que acredita em vários deuses.

⁹ Animismo é um tipo de crença religiosa muito comum na antiguidade e que persiste até os dias de hoje. O pensamento animista procura atribuir características pessoais e humanas antropomórficas a elementos da natureza como o mar, a floresta, a terra, as estrelas, o céu etc.

Esta área foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, em 1978, durante a administração do Prefeito Francisco Antônio de Mello Reis (1977-1982). Os moradores foram retirados por fortes pressões para a construção de uma área para lazer da população da cidade; sabe-se que uma parte dos moradores foi levada para o bairro Santa Efigênia e, outra, para o bairro Santo Antônio. Mas como principal fator dessa reestruturação urbana, estava a construção de uma malha viária que ligasse o centro da cidade de Juiz de Fora à BR-040 que liga a cidade às principais rodovias de acesso aos grandes centros urbanos brasileiros e, também, pelo processo de valorização da área desta região que começava a sofrer uma forte especulação imobiliária para futuros loteamentos voltados às classes sociais mais favorecidas, de grande poder aquisitivo.

No Relatório do Plano de Ação Urbano Ambiental em Juiz de Fora Minas Gerais (Out.2005) para a legislação municipal de Juiz de Fora, o Parque da Lajinha é uma unidade de Conservação Municipal instituída através do Decreto Municipal do Executivo nº 2.115, de 11 de Julho de 1978, concluído em 1982, sendo “declarada como área de utilidade pública para fins de desapropriação, destinando-a a urbanização e a implantação de parque municipal”. Não sendo definido seu uso em específico, apenas sendo área destinada e utilizada para o lazer, principalmente da população de baixa renda, às atividades esportivas e aos grandes eventos.

Mas o que chama atenção neste Relatório, quando trata do ponto de vista ambiental presente nesta área, é:

Sob o ponto de vista ambiental, a vegetação nativa existente no Parque e no seu entorno passou a ser degradada, em razão de sofrer pressões antrópicas, servindo a diversos usos e atividades, inclusive de cunho religioso (rituais afro), pastagens de animais e outras atividades predatórias. Estas ações acabaram por comprometer uma parte da área, que hoje se encontra desmatada e degradada, e possuir outras, ainda em bom estado de conservação.

Por esta descrição no Relatório pode-se perceber que a utilização do Parque da Lajinha para cunhos religiosos dos rituais afro, já era vista como degradante para a preservação da cobertura vegetal existente no mesmo. Infelizmente foi dada atenção à esta utilização do parque, esquecendo de vários outros agentes que degradavam o local. Na época não se pensou em um trabalho de Educação Ambiental para o uso e manuseio do Parque, apenas proibiram qualquer tipo de ritual religioso afro-brasileiro.

Atualmente o Parque possui, logo em sua entrada, uma placa informativa que traz diversas diretrizes e normas para seu uso de acordo com Decreto Municipal 11.266 de 2012, como pode ser observado a seguir.



Foto 1: Placa Informativa com os Objetivos do Parque, 2014.
 Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Esses são os objetivos que buscam ser alcançados com a transformação deste espaço público, antes sem qualquer norma de uso, agora percebe-se que o poder público se faz presente,mas o mais interessante que logo avista-se na entrada outra placa com as proibições aos visitantes.

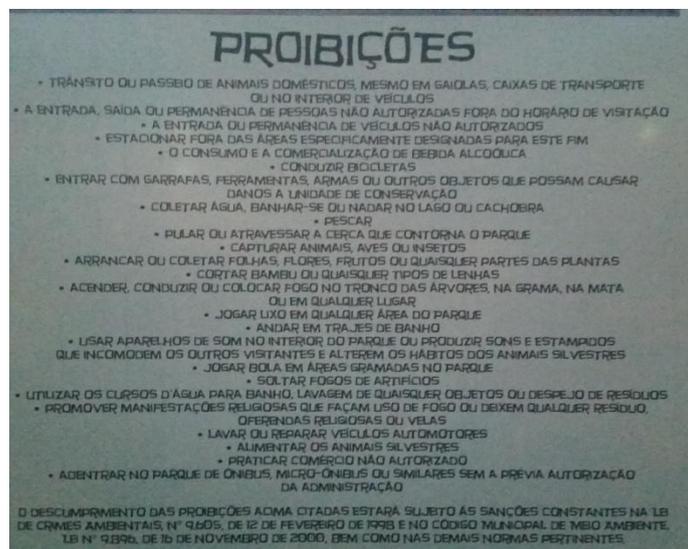


Foto 2: Placa Informativa com os Objetivos do Parque, 2014.
 Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Diversos itens elencados na placa referem-se, mesmo que indiretamente, aos praticantes das religiões afro-brasileiras,o que vem a desmotivar a continuarem frequentando o parque

para fins religiosos, além dessas proibições instituídas por Decreto, sofrem ainda com olhares de reprovação por diversos usuários do parque.

Um dos itens que se destaca é: “Promover manifestações religiosas que façam uso de fogo ou deixem qualquer resíduo, oferendas religiosas ou velas”. Neste sentido, o organizador fica impossibilitado de resgatar a Festa no Parque da Lajinha, pois neste momento estaria correndo o risco de sofrer sanções em descumprimento às proibições, regidas por Decreto; não só ele, como também outros praticantes umbandistas e candomblecistas. O parque tornou-se um local contemplativo e recreativo, sendo assim busca-se outros locais para as atividades religiosas necessárias às oferendas e outras incumbências – como lavar-se em uma cachoeira, lavar objetos religiosos em suas águas, realizar alguma entrega aos orixás.

4. Histórico da festa de preto-velho no parque da lajinha

A festa de preto-velho era realizada sempre no mês de maio, próximo ao dia 13, pois é uma data significativa no calendário religioso umbandista. No dia 13 de maio é comemorado o dia de Preto-Velho, é também o dia que se comemora a Abolição da Escravatura, a luta pela libertação dos escravos, proporcionada pela Lei-Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888, lei que extinguiu a escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel.

A Festa ocorreu de 1984 a 2007, durou 23 anos e começou com uma festa coletiva, aberta ao público, organizada pela Associação Quilombo dos Palmares, coordenado e organizado por Wilson Novaes, atualmente Obá de Orixá, presidente da Federação Regional de Defesa da Religião Umbanda e Tradição dos Orixás e Cultura – Juiz de Fora, Zona da Mata e Vertentes de Minas Gerais.

Segundo entrevista realizada com o organizador, a motivação para a realização da festividade era que se precisava dar visibilidade à Umbanda em Juiz de Fora e região da Zona da Mata e Vertentes, desta forma, o mesmo, procurou um espaço que agrupasse a maioria dos símbolos da religião afro-brasileira e que fosse de fácil acesso para todos.

Esse simbolismo da natureza para os grupos religiosos umbandistas é compreendido, a partir do momento que esses elementos se apropriam de significados e se transformam em geossímbolos; sendo que esses elementos naturais, presentes no Parque, impregnam-se de significados afetivos e religiosos para o *homo religiosus*, não só no Parque, mas em outros locais os geossímbolos umbandistas são fortemente valorizados e preservados.

No intento de buscar um local rico em geossímbolos¹⁰, levou-se à escolha do Parque da Lajinha, que continha diversos elementos significativos que fazem parte dos fundamentos umbandistas, local de fácil acesso e de livre uso, sendo um parque público. O parque também foi escolhido devido ao seu histórico, lembrando Wilson, quando foram retiradas as famílias da Vila da Prata de forma truculenta, tanto pela prefeitura, como pela polícia militar -utilizou-se cães para expulsar os moradores. Também, nesse mesmo local, Vila da Prata, tinha uma comunidade de terreiro denominada São Jorge, da Dona Lourdes, cuja mesma participou de todas as festas, durante os 23 anos.

¹⁰ Termo utilizado por Joel Bonnemaison (2002) quando se refere a um lugar, um itinerário ou outros itens que, por razões religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.

Participavam ao todo 09 terreiros de Umbanda, das cidades de Juiz de Fora, Santos Dumont, Visconde do Rio Branco e Argirita.

Para a organização desta festividade, não possuíam nenhum tipo de incentivo, sendo realizada com recursos particulares próprios. O poder público apenas facilitou com a limpeza do local anterior ao momento da Festa, que era promovida pelo Demlurb (Departamento de Limpeza Urbana); porém, nos 02 anos finais (2006 e 2007), negou-se a fazer a limpeza do local. Por 03 vezes, a Funalfa (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, responsável pela política cultura do município) colaborou com a confecção de 200 cartazes de divulgação da Festa, que eram afixados pela cidade, em lojas do ramo e nos terreiros de Umbanda.



Foto 3: Cartaz de divulgação da Festa.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2006.

A intenção do Sr. Wilson Novaes e de outros integrantes do movimento Umbandista, era um desejo de fazer do Parque da Lajinha, um santuário público da Umbanda, com objetivo de incentivar o turismo. Ali seriam realizadas todas as festas religiosas do calendário da Umbanda, inclusive com um grande canteiro de ervas medicinais.

Com o advento do Hotel defronte ao Parque da Lajinha, começaram os entraves da Prefeitura e de diversos outros segmentos presentes na cidade, inclusive religiosos evangélicos com cargos de confiança na prefeitura, que atacavam a religião da Umbanda, demonizando-a de todas as formas. Foram atos de intolerância religiosa dos diversos segmentos, com calúnias, difamações e perseguições realizadas por vários setores institucionais, entre eles professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (que lideraram algumas comunidades e comerciantes para que a prefeitura proibisse o evento) e secretários da Prefeitura de Juiz de Fora.

Continuando a entrevista com o Sr. Wilson Novaes, devido a esses entraves e perseguições, até mesmo enquanto religioso, queo mesmo pediu permissão às entidades dos terreiros para encerrar as realizações da Festa no espaço, que é público, do Parque da Lajinha. Após relatar essas dificuldades para os Chefes Espirituais e entidades religiosas, ouviu destas entidades religiosas e dos Chefes Espirituais o apoio às suas aflições: que não deveria continuar com a realização da festividade. Decidiu-se, então, abandonar o local e continuar as festas nas próprias comunidades de terreiros, até que se possa buscar e adquirir um local, um

espaço próprio para implantar o santuário da Umbanda, de acordo com Wilson; este projeto está em andamento.

Atualmente, não há um local público para a realização de festas do calendário religioso da Umbanda em Juiz de Fora, essas festas são realizadas nas comunidades de terreiros, dentro dos próprios terreiros, sendo abertas ao público, mas sem a mesma projeção que se tinha antigamente.

5. Conclusão

Mostrou-se com este trabalho como as classes dominantes, sejam elas públicas, privadas ou religiosas podem sucumbir uma rica e secular cerimônia, cujo o seu valor, por si só, poderia elevá-la a patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro.

Constatou-se tal afirmação quando se concluiu que durante os anos de celebração da Festa de Preto-Velho havia alguns contratempos para a sua organização que não impossibilitavam a sua realização, mas com o passar do tempo, tornou-se um obstáculo a ser vencido para a sua continuidade, principalmente quando o poder privado começou a pressionar o poder público para a reestruturação do Parque da Lajinha e transformações para melhorias da região em seu entorno.

Tal situação também se confirma pela valorização da região e áreas adjacentes, pelas pressões de entidades e órgãos ambientais que exigiam medidas para a efetivação de um Parque Natural de Proteção Ambiental, que coibissem atitudes que poderiam levar a uma degradação ambiental; tornando, dessa forma, o poder público mais forte e confiante para atuar.

Neste cenário de disputas por um território em reestruturação, as práticas religiosas afro-brasileiras que se faziam presentes no parque, são rechaçadas e proibidas, tendo o seu fim com a efetivação do Projeto Ambiental.

Esta intervenção coincide com o momento histórico em que o cenário religioso brasileiro vai cedendo espaço para atitudes de intolerância e hostilidade por parte dos grupos majoritários em detrimento dos grupos minoritários, como no caso deste artigo, de matriz africana.

Em Juiz de Fora não é diferente, percebe-se que os espaços comuns de lazer estão sendo, cada vez mais, privados para esses grupos, dificultando a realização de celebrações típicas das expressões religiosas afro-brasileiras. Atualmente, esses tipos de celebrações são restritas aos espaços dos terreiros e abertas ao público interessado, o que obriga a esses grupos a construção de espaços próprios para suas realizações, o que infelizmente, em alguns casos, não ocorre, pois muitos deles não possuem capital para tanto, levando-os ao encerramento de suas atividades.

Sendo assim, os espaços públicos passam a ser manipulados pelos interesses das classes dominantes que, em muitos casos, ainda insistem em cercear os direitos às manifestações populares religiosas de matriz africana, alegando serem subalternas, retrógradas e maléficas.

Tais apontamentos levam-se a concluir o quão importante é estudar, resgatar, registrar, valorizar e incentivar essas manifestações religiosas que foram trazidas há anos e incorporadas à nossa cultura, além da busca por parte da sociedade brasileira; dando

visibilidade às religiões afro-brasileiras, que se fazem necessárias uma vez que esta história ainda se mantém presente nas memórias e práticas daqueles que ainda à vivem, como é o caso de Wilson Novaes e tantos outros que apesar de tudo têm esperanças e buscam forças para a construção de um espaço para estas manifestações religiosas afro-brasileiras.

Referências

ABREU, Christiane Silva de. Favelas em Juiz de Fora: a ocultação do fenômeno. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p.146-170, jul./2010 – ISSN 1980-8518

BIRMAN, Patrícia. **O que é Umbanda**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

_____(org.). **Religião e Espaço Público**. São Paulo: Attar, 2003. (Coleção de Antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BROWN, Diana. Uma História da Umbanda no Rio. In.: **Umbanda e Política**. Cadernos do ISER18. Rio de Janeiro : ISER/Marco Zero, 1985. P.09-42.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Umbanda: integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001a.

_____. **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b.

_____. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, NEPEC, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Salvador: Imago, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 2.ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SITES CONSULTADOS PELA INTERNET

Texto Unidades de Conservação e Educação Ambiental.

Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/files/uploads/20140313_145445.pdf>.

Acessado em 19 mar. 2014.

Texto Programa Multiseriado

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2012/10/Programa-Multisetorial-Integrado-A%C3%A7%C3%A3o-nos-bairros.pdf>>. Acessado em 13 jul. 2014.

Projeto: Governabilidade Ambiental Local: Base para um marco estratégico e desenvolvimento do instrumento de gestão ambiental. **Plano de ação urbano ambiental em Juiz de Fora Minas Gerais.** Outubro 2005. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/sma/parque_lajinha/documentos/Relatorio2_Fase_Programatica_Plano_Manejo_Parque_Lajinha.pdf>. Acessado em 23 mar.2014.